

MOVIMENTO DE MULHERES EM MINAS GERAIS

Breve histórico e avaliação - A participação do PT nesse movimento.

A primeira experiência mais ampla de um trabalho com mulheres foi o MFPA - Movimento Feminino pela Anistia, organizado em 1977. As tentativas anteriores não tiveram continuidade. O MFPA se propunha organizar a mulher na luta pela anistia, prioritariamente, e não nas questões sobre a condição feminina. Foi o movimento de oposição que conseguiu fazer mobilizações de massas. Daí, todo o terror desencadeado sobre seus membros e sobre a entidade.

Com o avanço da luta pela anistia, necessitando agregar toda a oposição e, posteriormente, com a anistia parcial, foi colocado para o MFPA alteração no seu funcionamento. A questão feminina, para as militantes da anistia já era colocada como um fator importante dentro da sociedade. O MFPA organizou, a partir de suas estruturas, o I Encontro da Mulher em Minas Gerais, em maio de 1979.

Para a surpresa de suas organizadoras, participaram cerca de 300 mulheres, superando em muito as expectativas. Tendo discutido temas como a sexualidade, o trabalho, a educação diferenciada e a participação política, o I Encontro tira como proposta a discussão desses temas em cada local de trabalho e moradia das participantes. Essa continuidade de se dá isoladamente, em alguns locais. Criaram-se creches. Criou-se o MOH - Movimento pela Organização da Mulher. Mas, no geral, não se sabia como dar continuidade às discussões do Encontro, como trabalhar na luta contra a discriminação feminina.

O Movimento de Luta por Creches, existente desde 1978, nasceu muito mais como decorrência das atividades das associações de bairros e da necessidade de unificação para a sobrevivência das creches, condição mínima para o enfrentamento das barreiras dos órgãos burocráticos que dispunham de verba, do que enquanto orientação de um movimento feminino.

Em 1981, como decorrência da manifestação de protesto contra o assassinato de Eloísa Stancioli e outras mulheres por seus maridos, surgiu o Centro dos Direitos da Mulher, que hoje procura atuar na luta contra a violência através do SOS, recém-criado.

Assim, o II Encontro da Mulher Mineira, ocorrido a 8 de março de 1981, organizado por sindicatos e associações de bairro, se deu num período onde a luta contra a discriminação da mulher contava apenas com duas entidades específicas em Belo Horizonte, e quase nada em termos de Minas Gerais. Participaram cerca de 1.000 mulheres e discutiu-se sobre a Carestia, a Constituinte e quando entrou em pauta no plenário a questão do aborto, este já se encontrava completamente esvaaziado. Nos grupos e na plenária, o II Encontro não passou de um show de manobrista, autoritarismo e oportunismo, quando grupos políticos,

ria, tentaram impor suas bandeiras mais gerais àquelas mulheres, sem se preocupar o mínimo com a discussão de seus problemas reais. Nesse encontro, as mulheres do PT e as feministas em geral não conseguimos mais que protestar sem eco.

Do II Encontro ao I Congresso da Mulher Mineira (março de 1932) seguiu-se um novo vazio. E, novamente, as "mesmas" organizadoras do II Encontro Propuseram agora um Congresso, dada a intenção, firme por parte das seguidoras do Hora do Povo, e vacilante por parte da Tribuna da Tribuna da Luta Operária, de fundar nesse Congresso a Federação da Mulher Mineira.

O PT propôs um III Encontro e não Congresso, dado o nível de organização das lutas femininas, já que um Congresso pressupõe um movimento existente, delegadas, etc. Tendo perdido a proposta, a discussão que fizemos foi se participaríamos ou não desse Congresso, temerosas da repetição do 'teatro' do II Encontro.

Resolvemos, no entanto, participar, considerando inclusive o grande número de mulheres que sempre participam destes eventos, atraídas pela discussão dos problemas femininos, com as quais teríamos um compromisso. Consideramos também que era hora do PT sair da passividade e interferir no processo. Consideramos, por fim, que se não havíamos colocado ou demonstrado, praticado publicamente uma dita visão diferente, não seria internamente no PT que decidiríamos realizar um outro evento e não participar do Congresso. Qualquer discussão que pudesse surgir tinha que se dar em bases mais amplas. Daí a participação no Congresso.

O Congresso

Os Prós

Participaram cerca de 1.500 mulheres. Devido principalmente à atuação do PT se conseguiu garantir que o Congresso fosse para discutir a condição feminina e garantiu também o funcionamento dos grupos e a não deturpação dos relatórios, viabilizando uma maior democratização do Congresso.

No decorrer do Congresso, outra importante vitória foi a derrota da proposta de se retirar dali uma Federação de Mulheres que a grande maioria do plenário entendeu claramente como sendo cupulista, aparelhista, anti-democrática, já que o movimento ainda muito incipiente. As companheiras do Hora do Povo ficaram assim completamente isoladas. O PT conseguiu ser referência no grupo e na plenária, contribuindo bastante no combate aos grupos que queriam usar o movimento de mulheres e polarizando grande parte das delegadas.

Outro aspecto importante foi dentro do Partido, onde a repercussão do Congresso, a mobilização conseguida pelas mulheres do PT e o reconhecimento da importância de nossa atuação demonstrou para um grande número de companheiros a necessidade e importância desse movimento.

Começa a se esboçar um apoio a um trabalho sempre muito combatido e até "mal visto". As iniciativas anteriores, como a do Setor Feminino pró PT haviam sido até desestimuladas pelo conjunto do Partido.

Tendo o PT participado da Comissão pró-Federação alçada no Congresso, isso também contribuiu para que o Partido se comprometesse com a continuidade, com a elaboração de um programa e com a prática na luta feminista, compromisso que anteriormente não se efetivara.

Os Contra

Em 19 lugar, começa a organização de um Congresso de Mulheres por sindicatos, associações de bairro e partidos, com o mesmo peso de entidades feministas.

Em 29 lugar, as já famosas tentativas do HP de descaracterizar o Congresso, manipular, tumultuar, ameaçar fisicamente mulheres, levar delegadas que nem sabiam o que se passava, etc.

Em 39 lugar, a participação do PT, tendo sido preparada precariamente, em menos de um mês, e de maneira heterogênea dentro do Partido, acabou por nos levar a muita confusão. Realmente o imprevisto, a falta de uma definição sobre a questão feminina nos levou a não ter uma proposta firme e clara na questão da organização das mulheres.

Havíamos discutido a necessidade de se garantir a especificidade, a autonomia e a democracia no movimento feminino e elaboramos uma proposta de retirar do Congresso reivindicações, campanhas, grupos de trabalho em cima dos temas discutidos e uma comissão centralizadora pró-União de Mulheres, baseada em pessoas e não entidades sindicais. Isto porque este conceito de que era preciso avançar, que não basta denunciar e que entidade significa defesa de interesses, união, luta já está assimilado pelo conjunto do movimento dos trabalhadores e oprimidos. Organizar, unificar, criar entidades de defesa... como negar esta necessidade??! A organização de base nem sempre é contraditória com a preocupação de centralização do movimento! Ao contrário, entidades podem contribuir na organização dos movimentos e, inclusive, democratizá-los. Entidade permanente nem sempre substitui o movimento vivo.

Dai veio o problema, as companheiras da Tribuna da Luta Operária propuseram a retirada de uma Comissão pró-Federação, federação que "seria criada democraticamente e que federaria entidades femininas e não quaisquer sindicatos e associações.

Foi durante o próprio Congresso, em reunião no intervalo que, dentro do PT algumas pessoas já defendiam que nossa proposta não era diferente da proposta de pró-Federação. O fato foi que se instalou a confusão geral e aliada à necessidade de barrarmos a Federação, acabamos por unificar nossa proposta com a pró-Federação.

Aconteceram aí problemas sérios! Não conseguimos garantir grupos de trabalho por temas, elegendo uma chapa completamente sem pernas nem braços. A retirada de nossa proposta na plenária e o apoio à proposta da Comissão pró-Federação foi considerada pouco democrática na medida que não houve o mínimo de discussão política, violando assim que todos os que nos apoiavam entendessem a razão do recuo e tamb

bem pudesse garantir os princípios mínimos para o funcionamento da Comissão.

Por fim, criada em bases muito diferentes e com a hegemonia de uma posição política na pró-Federação cuja visão é de uma "Comissão de Representação das Mulheres", que fala em grandes momentos, promove grandes campanhas, mas não procura organizar coletivamente pela base as mulheres.

A 1ª. proposta do PT na Comissão pró-Federação foi, na tentativa de recuperar os grupos de trabalho, convocar uma plenária quando foram definidos temas prioritários e tiradas comissões de trabalho. A pró-Federação já saiu do Congresso esvaziada pois de 17 pessoas eleitas não conseguiu reunir mais que 9. E com duas propostas tão diferentes: uma de justificção de uma futura Federação e outra de organização de base. Hoje está dado o impasse.

Cabe a nós hoje ampliar esta discussão dentro do PT, de maneira que chegue a todos os diretórios, zonais e núcleos de base. Elaborar textos, documentos, discutir.

O processo eleitoral será assim um momento importante, um espaço onde o PT encaminhará a discussão dentro e fora do Partido sobre as questões femininas e contribuirá nas lutas das mulheres e na organização de base.

MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a Comissão de Mulheres do PT definiu uma série de temas a serem aprofundados como: planejamento familiar, aborto, educação sexual (familiar e social), lesbianismo, trabalho, prostituição, violência, organização.

Nosso nível de discussão é bastante inicial e entendemos que é preciso debater e definir um conteúdo programático que nos leve a realmente ter uma visão sobre o movimento de mulheres.

Estas discussões subsidiarão a formulação de um programa para o PT na questão feminina. Tentaremos ao mesmo tempo fazer com que esse debate chegue até o máximo de cidades, diretórios, núcleos e zonais do Partido.

O que fazer? O Papel do PT

O movimento que queremos construir se organiza pela base, a partir das reivindicações próprias da opressão das mulheres, enquanto sexo, autonomamente em relação ao Estado, aos partidos políticos e outras entidades. Movimento que deve ser apoiado pelo conjunto dos setores explorados e oprimidos da população e que se relaciona com eles, sem se confundir ou submeter a nenhum deles. Movimento que promoverá lutas, campanhas, das quais deverão participar todas as entidades, partidos, mas que sempre garantirá que as decisões, a direção, seja dada pelas próprias mulheres, nas instâncias democráticas que o movimento feminino criar.

O PT, dentro disso tudo, sempre se baterá contra o aparelhismo, o oportunismo e a utilização do movimento a serviço de qualquer partido. O PT participará do movimento de mulheres, tanto trazendo para o conjunto do Partido as questões levantadas pelo movimento, quanto contribuindo, enquanto PT, para o avanço do movimento. Assim, o PT pode e deve ter propostas para o movimento de mulheres. E sobretudo sempre respeitar as instâncias de discussão e decisão do próprio movimento, onde se dá a unificção.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES entende como necessária a organização da mulher em movimentos específicos, baseados nas questões relacionadas à sua condição feminina, isto é, decorrentes da discriminação sexual que a torna duplamente explorada enquanto trabalhadora e oprimida enquanto mulher.

O PT se propõe a manter com estes movimentos uma relação de respeito às suas instâncias de decisão, seguindo sua postura com relação aos demais movimentos e organizações populares.

O PT se propõe, ainda, assumir e propagandear as bandeiras de luta pela libertação da mulher, entendendo estas como de interesse de toda a classe trabalhadora. E não apenas isto, mas também encaminhar suas lutas específicas e incentivar sua organização.

Em Minas Gerais, criou-se, para atingir estes objetivos, uma comissão que se propõe promover a discussão de diversos temas relativos à condição feminina para clarear e aprofundar seu entendimento e estruturar um programa. Esta discussão deve ser levada aos bairros, ao interior e também aos núcleos, realizando-se dentro e fora do Partido.

Comissão de Mulheres do PT/Minas Gerais
Junho/1982